

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE/LAZER EM SÃO GONÇALO/RJ: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA ATUAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER (SEMEL)¹

PUBLIC POLITICS OF SPORT AND LEISURE IN SÃO GONÇALO: A CRITICAL POINT OF VIEW OF SEMEL ATUATION

Marcelo Paula de Melo²

RESUMO: *Em nossos dias, a temática lazer tem recebido destaque especial em vários setores da sociedade. No entanto, a discussão do lazer enquanto demandante de políticas públicas não tem sido considerada na mesma proporção do que seus aspectos comerciais. Percebemos que sua compreensão enquanto área de atuação do poder público ainda é incipiente. Entendendo o lazer como direito social e que caberia ao poder público propiciar condições para democratizar sua fruição, não podemos admitir que o mesmo atue apenas como mediador das relações econômicas que perpassam o setor. Partindo desse princípio, buscamos analisar as políticas públicas de lazer do município de São Gonçalo/RJ, enfocando especificamente a atuação da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (Semel). Para alcançar tal objetivo, realizamos, juntamente a revisão da literatura, entrevistas semi-estruturadas com os dirigentes da Secretaria, bem como a análise de documentos oficiais. Ao final, podemos concluir que além de um descompasso teórico comprometedor, as ações da Secretaria estão longe de democratizar o acesso ao lazer no município de São Gonçalo.*

PALAVRAS-CHAVES: *Políticas públicas, lazer, São Gonçalo*

Primeiros Passos

Muitas questões inerentes à temática lazer têm sido alvo de diferentes discussões no âmbito da universidade e de outros setores

¹ Este artigo é baseado na minha monografia de graduação, de mesmo título, apresentada à Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação do Prof. Dr. Victor Andrade de Melo, a quem dedico este artigo.

² Graduado em Educação Física pela UFRJ. Membro do grupo de estudos "LUDI-CIDADE". E-mail: marcelo@eefd.ufrj.br/basqueteiro@mailbr.com.br

da sociedade. No entanto, esse avanço nas discussões não tem sido acompanhado por sua afirmação enquanto direito social, ou seja, a assunção do lazer enquanto demandante de políticas públicas.

Além disso, é importante entender essas questões considerando o quadro que se configura em muitas administrações, baseadas na concepção de Estado neoliberal, onde o papel da administração pública tem sido reduzido a apenas o de gerenciadora econômica, quase sempre ao custo de um espantoso aumento das desigualdades sociais.

É nesse quadro que este artigo pretende analisar quais foram as políticas públicas de lazer desenvolvidas no município de São Gonçalo, no período de 1997-2000. Especificamente objetivou-se analisar as ações da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (Semel). Para o alcance do objetivo, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com dirigentes da Semel, bem como análise de documentos oficiais. Além disso, buscamos na literatura advinda de várias áreas do conhecimento subsídios para a compreensão dos dados obtidos na pesquisa de campo.

Analizando Conceitos

Buscando entender o lazer não apenas sob a égide funcionalista (MARCELLINO, 1995), mas privilegiando as abordagens que não proponham o adequar-se a uma realidade pré-concebida ou somente uma possibilidade de fuga momentânea, procuramos pensar numa perspectiva de entender o lazer como um dos dinamizadores da assunção, por parte dos seres humanos, sobre sua capacidade de intervir em sua realidade social.

Partindo deste princípio, percebemos que MARCELLINO (1995, p.31) propõe um conceito que se aproxima de nossas aspirações. Este autor entende o lazer como: *"a cultura, compreendida em seu sentido mais amplo, vivenciada – praticada ou fruída – no seu 'tempo disponível' de obrigações, e tendo como traço definidor o caráter 'desinteressado' dessa vivência"*.

Este mesmo autor aponta dois pressupostos que são importantíssimos não apenas para as formulações teóricas acerca deste fenômeno, mas também para nortear a intervenção na área. Essas categorias são: educação pelo lazer; educação para o lazer.

A idéia de educação para o lazer aponta a necessidade de formação visando a fruição do tempo disponível com criticidade. Com isso, pretende-se identificar as barreiras, tanto culturais quanto econômicas, que

dificultam a apropriação por parte da população de diferentes manifestações do lazer, encaminhando alternativas para a superação delas.

O outro pressuposto é a educação pelo lazer. Partir desse princípio significa admitir que, através das várias manifestações culturais, tem-se mais uma possibilidade de potencializar novas compreensões sobre a realidade. Assim, concordo com LINHALES (1999, p.27) que:

“o lazer é um tempo/espaco de vivência reflexiva relativa a valores e normas de convivência, apresentando-se como possibilidade de questionamento da estrutura social vigente e de reconstrução de regras que organizam a realidade social”.

A partir dessa visão do lazer é que procuraremos analisar as ações da Semel. Na verdade, já existem indicadores que mostram que a relação existente entre o poder público e o lazer tem sido bastante complicada. A compreensão de que a implementação de programas de lazer visando atender a população é papel do poder público parece não estar muito nítida para as duas partes envolvidas – população e governantes. Assim, acaba por “tornar-se mais rígida na sociedade (...) a noção de responsabilidade individual dos cidadãos em contra-partida à cidadania coletiva e dos direitos sociais” (STOTZ, 1992, p.25).

Quanto ao termo políticas públicas, também conhecidas como políticas sociais, entendemos, em linhas gerais e baseado em VALLA (1992), como o caminho destinado à verba pública³. Geralmente esse caminho é definido de acordo com os interesses e pressupostos políticos dos governantes. A lotação de verba, por exemplo, pode ir para infraestrutura industrial ou então para o consumo coletivo, que buscaria garantir à população os direitos sociais básicos necessários para uma vida mais decente e digna.

Lamentavelmente o trato que o lazer recebe em algumas administrações se caracteriza mais por concessão do que afirmação de um direito social. Muito nos intriga o fato da temática ser tratada, em alguns casos, apenas como um adendo da administração pública, ou então como um ramo menos importante e que sua falta não seria sentida pela população.

³ Não queremos com isso reduzir a discussão, mas apontar uma perspectiva simples (sem ser simplista) dentro do reduzido espaço desse artigo. Maiores informações podem ser obtidas no autor citado, VALLA (1992).

Não é raro presenciarmos ações governamentais que se resumem à distribuição de "kits" de lazer, onde o que se observa é a consolidação *"da mentalidade que a burocracia dá favores"* (DEMO, 1994. p.25). Nessas ações, fica claro o caráter limitado e a falta de compromisso para com a população no sentido de garantir o seu acesso à diversidade cultural do lazer.

O princípio básico que precisa pautar uma intervenção pública nesta área é o de buscar democratizar o acesso as mais variadas opções de lazer, buscando com isso não apenas aumentar o número de pessoas que tenham a acesso a um programa, mas ampliar também o leque de possibilidades que a população terá para escolher.

É claro que isso precisa ser feito não na ótica da invasão cultural, como bem alertou FREIRE (1992). Esse cuidado precisa ser constante numa intervenção no âmbito do lazer, para que não promovamos de forma linear e autoritária ações que julgemos, a partir da nossa forma de ver o mundo, o que seria melhor para a população. Sem dúvida, este é mais um ponto delicado a ser considerado.

Sobre São Gonçalo e a Semel

Consideramos importante apresentar alguns aspectos gerais do município de São Gonçalo, visando situá-lo no contexto do Estado e do Brasil. A referida cidade está entre os quatro maiores em população do Rio de Janeiro, possuindo aproximadamente 1 milhão de habitantes. Além disso, é uma das maiores em território (Rio de Janeiro, 1999).

São Gonçalo pode ser considerada uma cidade dormitório, pois grande parte de sua população trabalha em outras cidades, notadamente no Rio de Janeiro e Niterói. Neste caso, a proximidade com a capital do Estado não tem representado necessariamente uma vantagem para São Gonçalo, já que seu crescimento foi se dando à medida que as pessoas, que moravam perto de seu local de trabalho, foram sendo expurgadas de suas antigas moradias e sendo obrigadas a ocupar as áreas periféricas, como a Baixada Fluminense e as áreas do Grande Rio.

Quanto à criação da Semel, podemos afirmar que embora tenha sido criada no ano de 1993, durante a gestão de João Bravo (PDT e depois PFL, 93/96), desde o primeiro mandato de Edson Ezequiel (PDT, 89/92) já havia um setor responsável pelo trato público com questões relativas ao lazer. Num primeiro momento, a Assessoria de Lazer estava locada na

Secretaria de Promoções e Certames, responsável por organizar os eventos e os festivais do município. Posteriormente, ainda neste governo, foi deslocada para a pasta de Comunicação, Ação Social e Lazer. O sucessor de Edson Ezequiel, João Bravo, até então do mesmo partido, em sua gestão cria a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Inicialmente, o Secretário era advindo de um partido aliado (PSC) durante o pleito de 1992. Neste caso, a nomeação se deu muito mais por um compromisso de campanha do que necessariamente por competência técnico-política do indicado.

Com a ruptura da aliança partidária, o prefeito João Bravo nomeou outro nome para a Semel um ano após sua criação. O escolhido foi o Professor Joaquim de Oliveira, tendo este processo ocorrido no princípio do ano de 1994. A partir daí tem início o período em que o referido professor esteve à frente da Semel, somente findado no ano de 2000, com a derrota do ex-prefeito Edson Ezequiel, candidato à reeleição, no pleito municipal⁴.

Em São Gonçalo, podemos perceber que o lazer não é visto como setor essencial de atuação do poder público. Fica claro na fala do subsecretário de esporte e lazer que o município:

“tem algumas prioridades em termos de obras, porque há necessidade de pavimentação de obras, construção de escolas e postos de saúde. São áreas prioritárias e São Gonçalo é muito carente desse tipo de serviço (...)” (CAMPOS, comunicação pessoal, 2001).

Além disso, o sentido que as políticas públicas de lazer assumem no município é o de *“atividades que proporcionem momentos de alegria e descontração e que diminuam o stress cotidiano”* (PMSG/SEMEL, 1999). Contrapondo esta visão, defendemos que a atuação do Poder Público precisa se dar na perspectiva de *“possibilidade de criação e recriação da esfera pública, e não apenas a ocupação conformada dos espaços existentes”* (LINHALES, 1999. p.21), ou seja, buscando não o conformismo e sim a superação. Isso implica em conceber o lazer como uma dimensão importante da vida do ser humano, e não apenas entendê-lo como remédio para algum mal, seja estresse, violência, educação, saúde.

⁴ Edson Ezequiel fora eleito pela segunda vez para o período de 1997/2000. Neste ano, concorreu a reeleição sendo derrotado pelo candidato Dr. Charles (PMDB).

A estrutura de funcionamento da Secretaria é dividida em três setores executores de políticas públicas: Setor de Eventos, ligado diretamente à subsecretaria; Departamento de Lazer; Superintendência de Esporte.

Segundo o subsecretário Décio Campos,

“o Setor de Eventos é responsável pela realização de shows artísticos, tanto nos bairros como no Centro. É subordinado à Subsecretaria, desenvolvendo nessas áreas, incluindo também eventos extras, como Supercross, Academia Vai a Praça, Esse tipo de atividades é que estão dentro do setor de eventos” (comunicação pessoal, 2001).

O Departamento de Lazer, segundo palavras do subsecretário, trata de *“atividades voltadas para a comunidade que não sejam competitivas”*. Acreditamos que a especificidade de um departamento de lazer não deva ser definida apenas por não tratar de questões competitivas. Não obstante, associá-lo somente ao esporte significa reduzir a abrangência, uma vez que desconsidera outras manifestações culturais.

O terceiro setor executor é a Superintendência de Esporte, que, segundo as palavras de Campos, *“passa a ter competência quando entra a questão da competição”*. O reducionismo da abordagem fica latente nesse caso. Conceber o esporte levando em conta apenas seus aspectos competitivos representa não apenas um problema epistemológico, como também de cunho pedagógico.

Os Projetos

Inicialmente irei discutir os projetos desenvolvidos pela Superintendência de Esporte. Os principais projetos desse setor são: **Jogos Escolares de São Gonçalo, Jogos Escolares das Escolas Estaduais e Municipais de São Gonçalo, Festival de Nataçao, Torneio do Funcionário Público, Corrida Rústica.**

Os Jogos estudantis de São Gonçalo (JESG)⁵ são uma competição aberta a todas as escolas das redes municipais, estaduais e privadas. Nossa análise se baseará no regulamento oficial que rege os princípios deste programa⁶.

⁵ Maiores informações sobre os Jogos Estudantis de São Gonçalo podem ser obtidas no estudo de MELO (2001)

A concepção de esporte escolar unicamente como base para a pirâmide esportiva ainda parece estar presente como um dos objetivos que rege o JESG. Nota-se isso quando percebemos que um de seus objetivos principais é *"propiciar oportunidades para o surgimento de novos talentos esportivos"* (PMSG/SEMEL, 2000. p.1). Mais uma vez ao esporte escolar é destinado o papel de celeiro de craques para a instituição esportiva, o que não significa dizer, aliás, que é um objetivo que é alcançado com facilidade, além de sua óbvia impropriedade.

O segundo objetivo, ao propor *"promover o esporte como manifestação das atividades desenvolvidas na comunidade escolar"* (PMSG/SEMEL, 2000. p.1), assume uma perigosa ambigüidade. Ao mesmo tempo em que sugere sua promoção, o que é louvável, a estrutura de organização se aproxima daquela identificada com o chamado Esporte na Escola (VAGO apud OLIVEIRA, 1999), ou seja, com os princípios da instituição esportiva que entra pelos portões da Escola, sem receber nenhum tratamento didático-pedagógico, ou melhor, até recebendo, mas sempre visando o rendimento máximo, a competitividade exacerbada, em detrimento do Esporte da Escola, que seria aquela manifestação social que é pedagogizada, para tornar-se um assunto a ser tratado pela escola como um conteúdo curricular, propiciando aos alunos não apenas a aprendê-lo, mas também apreendê-lo de maneira a não serem somente consumidores passivos do espetáculo esportivo (OLIVEIRA, 1999).

O terceiro objetivo do JESG tem ligação com outra questão que tem sido bem discutida no âmbito da Educação Física: a abrangência do esporte escolar enquanto elemento que irá *"democratizar a prática das atividades esportivas, assegurando a todos o direito de participação e valorizando o tratamento didático-pedagógico"* (PMSG/SEMEL, 2000. p.1). Para que se possa realmente atingir esse objetivo é preciso que haja pelo menos alteração nas regras, visando permitir, ao menos aos inscritos, a possibilidade de viverem o esporte de forma mais ampla. No entanto, no regulamento geral, não notamos isso, o que aponta que, apesar da bandeira levantada, a Semel não buscou realmente implementar o que propôs.

Além do JESG, São Gonçalo tem outra competição: os **Jogos Estudantis das Escolas Estaduais e Municipais de São Gonçalo (JEEMSG)**, que têm como peculiaridade à participação unicamente de escolas públicas existentes no município.

6 No ano 2000 realizou-se a décima-segunda edição do JESG.

A alegação de criação desse torneio é pautada num paternalismo que considera a escola pública inferior a escola particular. É claro que em nenhum momento se ouve que este contexto histórico é fruto do descaso para com a educação pública de qualidade, sem contar que não questiona o resultado esportivo como padrão de qualidade. Paulo Roberto Rocha, superintendente de esporte, ao justificar a criação do JEEMSG, afirma que:

“o JESG envolve a escola particular e esta tem uma estrutura muito maior que a escola pública. Não é que a escola pública não participe do JESG, mas na maioria das modalidades ela tem uma certa inferioridade e no caso do JEEMSG, onde só participam escolas públicas, elas têm uma certa equivalência na disputas das modalidades” (comunicação pessoal, 2001).



Outro projeto é o chamado **Torneio do Funcionário Público**, que acontece sempre no dia 28 de outubro. Antes, no mês de setembro, ocorre no município uma série de eventos para comemorar o aniversário da cidade. A Semel é responsável por organizar alguns eventos. Entre eles está a competição de atletismo conhecida como **Corrida Rústica**, realizada pelas ruas de São Gonçalo com um percurso de 8 Km, e o **Festival de Nataçào**.

A partir de agora, pretendemos discutir os projetos implantados pelo Departamento de Lazer. A coordenação deste Departamento estava a cargo do professor Eraldo Santos de Paiva. Os projetos deste departamento são: **Ginásticas nas Praças, Domingo de Lazer, Sábado Alegre, Torcedor do Futuro, Passeio Ciclístico**.

Primeiramente, vamos discutir o projeto Ginástica nas Praças. Tal projeto tem por objetivo, segundo Eraldo Paiva:

"oportunizar as pessoas idosas à prática regular de atividade física, tomando em conta que nossa sociedade está um pouco envelhecida, em função da melhor qualidade de controle médico, vacinas, com isso a tendência de nossa comunidade é ficar mais velha. Visando já esse perfil é que programamos o 'Ginástica nas Praças' " (comunicação pessoal, 2001).

Consideramos tal programa um considerável avanço no que se refere ao atendimento à população. Contudo, sua abrangência no sentido de abarcar uma elevada porcentagem da população gonçalense é restrita. O fato de ter funcionado em apenas três praças é uma importante evidência⁷. Entendemos que para realmente garantir o acesso de relativa parcela da população, o projeto precisaria ser estendido a um número bem superior de localidades, além da criação de pólos em regiões periféricas do município.

Um outro projeto do Departamento de Lazer é o "**Domingo de lazer**". Este projeto tem como objetivo ofertar *"à comunidade um domingo de lazer, onde você proporciona entretenimento, atividade de lazer, recreativa, lúdica, esportiva, parquinho para as crianças menores e shows. Tem o show de palhaço, de mágica, o pula-pula"* (PAIVA, comunicação pessoal, 2001). Este projeto também pode ser caracterizado por:

"oferecer alternativas de recreação esportiva e cultural a um público de todas as idades. Futebol, vôlei e basquete; ping-pong, dama e dominó; desenho e pintura; shows de palhaços e de grupos musicais são as principais atividades desenvolvidas durante este dia de alegria" (PMSG/SEMEL, 1999. p.3)

Nesta última citação, percebemos um pouco do descompasso teórico em relação ao lazer e suas características fundamentais. Nota-se também o caráter assistencialista de tal ação. Primeiramente, é preciso ressaltar que não é o poder público que irá ofertar o domingo de lazer. O que pode ser oferecido são atividades ou manifestações culturais que a população

⁷ Este projeto aconteceu nas seguintes praças: Ex-combatentes no bairro do Patronato; na Praça do Rocha, no bairro do Rocha; e na praça de Nova Cidade, no bairro de mesmo nome.

poderá (ou não) vivenciar neste dia. Ainda assim o lazer não é oferecido pelo poder público.

De tudo isso o que mais nos incomoda é pensar no reducionismo que tal iniciativa significa. Uma ação pública de lazer que se restrinja a oferecer algumas atividades em um certo dia nos faz refletir sobre o papel do poder público. Em que medida ações como estas, de alcance e duração restritas, podem contribuir para a população? Será que estes programas não atuam muito mais no sentido do assistencialismo do que da afirmação do lazer enquanto direito social?

Respondendo a última questão, DEMO (1994) afirma ser marcante numa política social assistencialista, a distribuição de algumas benesses, visando a desmobilização política das massas e dos movimentos populares. O mais preocupante é verificar que este projeto da Semel não está muito longe disso. Seria suficiente garantir apenas um dia de alegria na vida das pessoas? Ou será que o direito a felicidade não precisa ser estendido a todos os dias do ano? Além disso, proporcionar este dia de alegria é incumbência somente da Semel, ou de todo o poder público? O que ocorrerá nesta comunidade após findar *“este dia de alegria”*? O que ficará para esta comunidade?

Mais uma vez, baseado em DEMO (1994, p.55), percebemos que ações como estas levam a apontar *“que as políticas sociais não prevêm a auto-sustentação das comunidades, precisamente porque escondem o efeito de desmobilização que lhes é natural”*.

Contrapondo a esta perspectiva, concordo com PINTO (1996, p.62) que:

“a afirmação da cidadania requer a reversão de ofertas esporádicas de eventos de lazer, centradas em atividades com fim em si mesma, atividades elitistas, discriminatórias, onerosas, sem reflexos sociais contínuos e conscientes”.

Um outro projeto bem parecido com o Domingo de Lazer é o **Sábado Alegre**, que segundo a Semel, visaria *“transformar o sábado de crianças e adolescentes, em um dia agradável e repleto de atividades recreativas e esportivas (...) É realizado em diversos bairros gonçalenses”* (PMSG/SEMEL 1999, p.3). Como é possível notar, este evento possui estrutura e dinâmica semelhante ao anterior. No entanto, ao aprofundar a investigação, podemos constatar ser este um evento que:

“visa atender ao gabinete do prefeito. Porque o prefeito tem uma agenda de inaugurações de obras e serviços. Nessas inaugurações, que geralmente acontecem aos sábados, nós montamos uma estrutura parecida com a Domingo de Lazer. Nós trabalhamos com a parte recreativa, a parte esportiva e agora começaram a liberar o palhaço. O Sábado Alegre é mais freqüente que o Domingo de Lazer. Depende da agenda do prefeito. Por exemplo, num mês pode ter duas ou três inaugurações” (PAIVA, comunicação pessoal, 2001).

Além dos mesmos problemas apontados na análise do anterior, este ainda tem um agravante: o fato de funcionar especificamente nas inaugurações do prefeito. O fato deste ser mais freqüente que o outro, já em si é algo que precisa ser melhor justificado. Na verdade, podemos afirmar ser o projeto apenas de interesse em promover as inaugurações, o que em nossa opinião não pode ser considerado uma proposta séria de intervenção de uma secretaria de lazer, tamanho o seu reducionismo.

Este Departamento também apresenta um projeto chamado de **Torcedor do Futuro**, parte de um convênio entre a Semel e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Tem por objetivo levar o estudante da rede municipal para assistir um jogo de futebol no Maracanã, através de um convênio existente entre a Semel, a Superintendência de Esporte do Rio de Janeiro (Suderj) e a Federação de Futebol do Rio de Janeiro (Ferj) e o Clube de Regatas Vasco da Gama. Uns dos objetivos desse projeto é *“preparar essas crianças, já que mais tarde elas irão ao Maracanã como torcedor mesmo. A questão é educar essas crianças para não haver essa violência que tem nos estádios”* (PAIVA, comunicação pessoal, 2001).

O outro projeto deste Departamento é um evento que está vinculado à comemoração do aniversário da cidade em setembro: o Passeio Ciclístico. Consiste em um *“evento sem caráter competitivo e aberto à comunidade. Envolve adeptos do ciclismo e o público interessado em assistir sua passagem”* (PMSG/SEMEL, 1999. p.4). Como este é um evento comemorativo, seu sucesso significa atrair o maior número de participantes. Essa iniciativa seria mais consistente se viesse acompanhada de outras que buscassem estimular na cidade a prática do ciclismo também em outras épocas do ano.

Embora haja uma Superintendência de Esporte, o projeto inerente à iniciação esportiva fica a cargo do Departamento de Lazer, algo no mínimo curioso. Esse projeto funcionou apenas com um pólo em 2000, localizado no Bairro do Jardim Catarina. A modalidade oferecida foi o

futebol. Com isso, a Semel objetivava *"oferecer formação esportiva básica para crianças dos 7 aos 14 anos, ocupando o tempo ocioso e contribuindo para seu desenvolvimento sócio-esportivo"* (PMSG/SEMEL, 1999. p.4).

A expressão *"ocupando o tempo ocioso"* fornece indicadores para entendermos um pouco sobre a concepção de lazer da Semel. Nota-se claramente que a formação esportiva básica não busca afirmar o esporte como direito social. O que se evidencia é o preconceito de uma secretaria de lazer com a questão do tempo disponível, associando isto à questão da ociosidade.

Agora passaremos a discutir alguns eventos que ficam a cargo do Setor de Eventos, ligado diretamente à Subsecretaria: **Trem das Sete; Supercross em São Gonçalo; Academia Vai à Praça.**

No que se refere ao **Trem das Sete**, podemos afirmar ser este um projeto que busca o oferecimento de um pequeno show, sempre às sextas-feiras após o horário comercial. O curioso sobre este evento é que os shows sempre ocorriam em dois bairros: o Centro e o Alcântara, que são os bairros centrais e mais povoados. Ou seja, a Semel não procura atingir também, com esta iniciativa, as áreas periféricas da cidade.

Esta iniciativa tem tudo para ser de grande valia no que se refere à democratização do acesso ao espetáculo musical, bem como a abertura de espaço para a atuação de artistas do município que não tenham acesso a grande mídia para divulgarem seus trabalhos. No entanto, é mister que sua relevância não seja justificada com um argumento estritamente funcionalista, onde o gonçalense, *"(...) após uma semana estressante, diverte-se ao som de boa música"* (PMSG/SEMEL, 1999. p.3). Além disso, as ações precisam ser descentralizadas de modo a contemplarem o município como um todo.

Quanto ao **Supercross**, podemos apontar que este evento acontece quando São Gonçalo cedia umas das etapas do Campeonato Estadual de Supercross.

O outro evento ligado à subsecretaria é conhecido como **Academia Vai à Praça**. Este evento é uma proposta da Semel para oportunizar às academias de dança da cidade mostrarem seus trabalhos.

Além destes, também existem no interior da Semel os chamados mega-eventos, e que envolvem todo o seu efetivo. Podemos apontar quatro eventos que entram nesse rol: **Carnaval; Procissão de Corpus Christ, Desfile Cívico e Cidadania 2000.**

Quanto ao Carnaval, temos que apontar que no ano 2000 foram realizados bailes populares em 48 bairros diferentes. Isso deve ser considerado como um avanço, já que no ano anterior foram realizados em 30 bairros. Além disso, organiza-se do desfile das Escolas de Samba do município e um desfile especial no Domingo após o Carnaval com as conhecidas Unidos do Porto da Pedra e Unidos do Viradouro, de Niterói.

O outro mega-evento é a conhecida **Procissão de Corpus Christi**, que ocorre no mês de junho. Este evento é realizado em parceria com a Arquidiocese, sendo conhecido em nível nacional devido a montagem de um seu tapete com temáticas católicas, o que atrai turistas de outras cidades.

O terceiro mega-evento é o **Desfile Cívico**, que ocorre no dia do aniversário da cidade: 22 de setembro. Tomam parte deste evento, além das Escolas públicas e particulares do município, corporações militares e também bandas e fanfarras da cidade.

O quarto mega-evento é conhecido por **Cidadania 2000**. É um evento anual nos moldes de uma antiga realização, que envolvia grandes empresas e uma conhecida rede de telecomunicações. Nesse evento as pessoas têm a possibilidade de:

“tirar documentos, fazer exames de saúde, participar de atividades esportivas e recreativas, cuidar do cabelo e unhas e receber informações sobre: questões jurídicas, qualidade de vida, alcoolismo, drogas, DST e Aids. A Semel coordena o projeto mobilizando Prefeitura e diversas instituições da sociedade civil, unidades militares, clubes de serviço e empresas” (PMSG/SEMEL, 1999. p. 2).

Ou seja, em um dia, uma reduzida parcela da população, que durante todo o ano não tem acesso efetivo a esses serviços, poderá usufruir das “benesses” e da bondade de algumas instituições públicas e privadas. Uma pequena provocação: mas apenas em um dia? E o restante do ano? Como é que fica?

Conclusão

Ao concluir este artigo, podemos perceber que assunção do esporte e do lazer enquanto direito social ainda é incipiente no que se refere à atuação do poder público em São Gonçalo. A ação do poder público está longe de democratizar o acesso, principalmente quanto ao número de

cidadãos envolvidos em seus programas. Alguns programas podem a princípio parecer interessantes, contudo é necessário que se amplie a oferta para que possam realmente atingir o município como um todo.

Além disso, notamos um grave descompasso teórico, que acaba por reduzir a abrangência e principalmente as potencialidades pedagógicas das manifestações culturais do lazer. Tal descompasso sem dúvida pode também explicar a existência de programas fundamentados por uma visão de lazer reducionista e funcionalista. Para uma administração que realmente pleiteie atuar contrapondo o *status quo*, isso é inadmissível. O lazer não pode ser considerado pela administração municipal como uma válvula de escape para os problemas do município, seja de segurança, educacional ou de qualquer outra natureza.

Se segundo FREIRE (1992, p.11):

“uma das tarefas do educador ou educadora progressista, através da análise política, séria e correta, é desvelar as possibilidades, não importam os obstáculos, para esperança, sem a qual pouco podemos fazer porque quando lutam, enquanto desesperançados ou desesperados, a nossa luta é suicida”,

podemos argumentar que a tarefa da administração progressista seria de propiciar a partir de seus programas essa esperança, que representa o reconhecimento de que os tributos pagos estão sendo revertidos em serviços, nesse caso através de concretas melhorias nas condições de vida.

Diante desses argumentos, percebemos que as ações da Semel, não lograram êxito nesse sentido, já que muitas vezes, não eram sequer notadas pela população.

Essas conclusões nos apontam para um caminho que tem sido objeto de discussões no interior de várias instituições, como universidades, sindicatos, partidos políticos, organizações não governamentais. Refiro-me as discussões acerca da capacidade de resposta governamental sobre o esporte e lazer no sentido de democratizarem o acesso às suas mais diversas manifestações culturais.

Por fim, esperamos não estar sendo otimistas demais ao realmente acreditarmos que será possível um dia evidenciar ações do poder público na área do lazer, principalmente nos governos que envolvam partidos de esquerda, que não estejam a favor do conformismo subserviente, e sim pensando na constante organização crítica e criativa da população. É que

esta possibilidade se dê ao lado de manifestações onde o prazer, a alegria, enfim o exercício lúdico esteja ao alcance de todos.

ABSTRACT: Nowadays, the discuss about leisure has involved different areas in our society. However, the leisure is not usually treated as social right by government. Their actions are still incipient to democratize the leisure's access. We can't accept that the government act only as an economic relationship's manager. Since this point of view, the aim of this article is to analyze the public politics of sport/leisure in São Gonçalo/RJ, specifically the atuation of Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (Semel). Beyond the literature review, it was made semi-structured interviews with Semel's managers, and an analysis of officials documents. In conclusion, we could realize that Semel's actions were so far away to promote the democratization of leisure access.

KEY-WORDS: public politics, leisure, São Gonçalo

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Décio. Entrevista. In: MELO, Marcelo Paula de. *Políticas públicas de esporte/ lazer em São Gonçalo: uma análise crítica da atuação da Semel*. Rio de Janeiro: EEFDF/UFRRJ, 2001. (Monografia, Memória de Bacharelado).

DEMO, Pedro. *Pobreza Política*. 4ª ed. Campinas: Autores Associados, 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LINHALES, Meily Assbú. Lazer, cidadania e qualidade de vida: reflexões acerca da possibilidade de liberdade e de ação política. *Licere*, Belo Horizonte, v.2, n.1, p.19-30, 1999.

MELO, Marcelo Paula de. São Gonçalo e seus Jogos Estudantis: uma análise crítica. In: EnFEFE, 5, Niterói. *Anais...* Niterói: UFF, 2001. p.115-118.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. 3ª ed. Campinas: Papirus, 1995.

OLIVEIRA, Sávio Assis de. *A Reinvenção do Esporte: possibilidades na prática pedagógica*. Pernambuco: UFPE, 1999. (Dissertação, Mestrado em Educação).

PAIVA, Eraldo Santos. Entrevista. In: MELO, Marcelo Paula de. *Políticas públicas de esporte/lazer em São Gonçalo: uma análise crítica da atuação da Semel*. Rio de Janeiro: EEFDF/UFRRJ, 2001. (Monografia, Memória de Bacharelado).

PINTO, Leila Mirtes Santos Magalhães. A construção da interdisciplinaridade no lazer: experiência política da prefeitura municipal de Belo Horizonte-MG. In:

MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.) *Políticas Públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996. p.55-61.

RIO DE JANEIRO. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. SEMEL. *Integrar para vencer*. São Gonçalo. São Gonçalo. 1999.

RIO DE JANEIRO. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. XII JESG 2000. *Jogos Escolares de São Gonçalo*: Regulamento Geral. São Gonçalo, 2000.

ROCHA, Paulo Roberto Gomes. Entrevista. In: MELO, Marcelo Paula de. *Políticas públicas de esporte/lazer em São Gonçalo: uma análise crítica da atuação da Semel*. Rio de Janeiro: EFD/UFRJ, 2001. (Monografia, Memória de Bacharelado).

STOTZ, Eduardo Navarro. Enfoque sobre educação e saúde. In: STOTZ, Eduardo Navarro, VALLA, Victor Vincent (org.). *Participação popular, educação e saúde*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992. p.15-26.

VALLA, Victor Vincent. Participação popular e saúde: a questão da capacidade técnica no Brasil. In: STOTZ, Eduardo Navarro, VALLA, Victor Vincent (org.). *Participação Popular, educação e saúde*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992. p.60-90.